

# A QUESTÃO AMBIENTAL: IDEALISMO E REALISMO ECOLÓGICO

*Horieste Gomes \**

Na atualidade, a abordagem da questão ambiental está a exigir de cada um de nós em particular e, acima de tudo, da sociedade como ser social (nós somos componentes desse ser coletivo) uma tomada de posição mais imperativa. Somos cômnicos que esta, por si só, não é capaz de pôr um ponto final nas profundas mazelas que vêm sendo cometidas contra o patrimônio natural/social, cujos efeitos nocivos incidem direta e indiretamente sobre todos os seres vivos. Entretanto, é possível paralisar e mesmo retroceder o processo de destruição apesar de estarmos convictos de que a eliminação definitiva do perigo ecológico-ambiental passa, necessariamente, pela liquidação das relações de propriedade privada e de antagonismos de classes. Essa tomada de ação consciente, podemos assim dizer, tende a crescer em nossos dias em direção a uma crescente uniformização de entendimentos das causas reais geradoras da nefasta desestabilização do ambiente natural.

Se no passado não muito distante a palavra de ordem traduzia-se em postura mais contemplativa, em conservacionismo puro, etc, hoje, o impacto da destruição atinge-nos muito mais concretamente em virtude de ter-se ampliado de forma considerável o quadro das violações, premedi-

\* Professor do Departamento de Geografia da U.F.G. — Goiânia.

tadas ou não, em razão do maior desenvolvimento anarquista das forças produtivas que estruturam o modo de produção capitalista. A nova palavra de ordem passa a ser cada vez mais impositiva, em razão de a perspectiva de salvar gerações futuras de vivências degradadas incorporar-se como atributo de valor maior na consciência social de significativos segmentos de nossa sociedade. Trata-se uma renhida luta de contrários, em que de um lado a materialização vulgar da economia é posta em prática pelos que ambicionam acumular riquezas, possuir poder econômico (como, por exemplo, as grandes empresas de mineração, agroindustriais, grandes fazendas de criatório etc), e pelas atividades isoladas de pessoas, de pequenas e médias empresas e grupos que ambicionam descobrir a "sorte grande" (como a garimpagem); melhorar as suas condições de vida etc. Do outro, os que batalham para possuir no presente e preservar para o futuro o espaço ideal de vivência para o ser humano, notadamente para as novas gerações, espaço esse traduzido na interdependência entre Homem e Natureza (interação mútua).

Sabemos que o desenvolvimento harmônico de uma sociedade depende, basicamente, de uma biosfera sadia como sistema integrado e auto-regulado suficiente para dar continuidade a sua reprodução nova se, o homem no processo de sua produção material respeitar as suas leis de funcionamento e evolução. Para tanto, há que se pautar por uma conduta superior orientada no sentido de tornar consciente e planejada a relação interdependente Homem-Natureza, a fim de que se possa criar um meio propício — nos parâmetros naturais e sociais — à vivência dos seres vivos.

Esta organização harmoniosa, denominada pelos ecologistas de "*ecodesenvolvimento*", consiste na transformação racional do meio ambiente em benefício do ser humano e do próprio meio, tendo em vista que a simples conservação é insuficiente para manter o equilíbrio natural dos processos da biosfera.

É necessário questionar que não basta, simplesmente, conhecer as causas determinantes da profunda desestabilização do binômio Homem-Natureza; não é suficiente apelar, pelas leis científicas que regem os fenômenos naturais e os sociais; pelos princípios éticos, humanísticos, religiosos, estéticos, etc, como também para a consciência do ser humano no sentido de que assuma uma conduta de respeito à natureza e à sociedade; que não é suficiente invocar a vontade, a bondade, a compreensão, a fraternidade, o bom senso, enfim, por toda e qualquer "postura de pedinte", para pôr fim ao contínuo processo de violação e destruição do binômio Natureza-Homem.

Se as petições tivessem força de decisão à altura de solucionar os malefícios já causados e os que estão sendo produzidos pelos impactos ambientais gerados pela ambição do homem — detratores do meio ambiente que acumulam e concentram capitais em benefício de poucos e prejuízos de muitos — há muito que o planeta Terra estaria transformado num verdadeiro Éden. É evidente que lutar no sentido de estabelecermos "códigos de ética"; fazer toda ordem de apelos conservacionistas; procurar sensibilizar os principais responsáveis pela administração pública e privada; invocar o papel da consciência individual e coletiva, etc, são formas de lutas válidas e necessárias que devemos incrementar. No entanto, é bom termos ciência de que elas são insuficientes e limitadas, por motivo de não possuírem em suas essências a dinâmica de produzir mudanças de qualidade, isto é, as que mudam a natureza da prática social negativa.

Sabemos que nos dias atuais os índices de agressão à natureza e à sociedade atingem valores catastróficos, portanto são cada vez mais perigosos. Na prática, os denominadores do espaço capitalista não conseguiram conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da natureza e com a qualidade de vida do cidadão brasileiro, embora haja formulações teóricas que propõem estratégias com intuito de vincular o conservacionismo com o desenvolvimento.

O geógrafo Nivaldo José Chiossi<sup>1</sup> no I Encontro da Subcomissão de Controle Ambiental da Comissão de Tecnologia da Câmara dos Deputados, realizado em 1985, mapeou um conjunto de áreas submetidas a fortes impactos ecológicos, fornecendo-nos uma visão dos grandes conjuntos degradados, e em processo de degradação no Brasil:

- ocupação irracional e devastação florestal na Amazônia;
- sérios impactos ecológicos nos mangues de São Luís;
- destruição de dunas no Ceará;
- desertificação na região de Alegrete (RS) ocasionada por métodos agrícolas inadequados;
- poluição em todo o litoral da Bahia ao Rio Grande do Sul, fundamentalmente, em decorrência da concentração industrial;
- ameaças no Pantanal (ocupação e usinas de álcool);
- poluição hídrica na região carbonífera de Santa Catarina (índice de acidez elevado das águas dos rios);
- erosão acelerada em 180 municípios do Estado de São Paulo, 150 no Paraná e mais de 30 em Mato Grosso;
- mais de 4 mil loteamentos clandestinos (sem o devido controle do solo urbano) em São Paulo, produzindo forte assoreamento nas bacias do Tiête e do Pinheiros;
- Planalto Central (poluição pela prática agropastoril);
- Rondônia, próximo foco de erosão via agricultura industrial;
- Cubatão, etc.

E conclui que

<sup>1</sup> Assessor da Secretaria de Obras e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

"mais forte do que os efeitos de vulcões e terremotos, que felizmente não temos, a irresponsabilidade administrativa dos governos anteriores permitiu que a degradação ambiental explodisse de forma assustadora por todo o país".

Todo este quadro de violações registradas tanto no meio urbano quanto no rural, excetuando as áreas específicas (como exemplo, das dunas, dos mangues, dos pólos petroquímicos, etc) pode ser generalizado em todos os quadrantes do território brasileiro, nas mais diferentes escalas (micro, meso e macro). Bastaria exemplificar com a acelerada poluição das bacias dos rios Araguaia, São Francisco e de tantas outras do território nacional, bem como a geométrica e desordenada metropolização das cidades brasileiras, fruto principalmente da especulação imobiliária, responsável maior pela degradação do solo urbano.

Patrick Dugan, biólogo inglês em recente entrevista pontificou que:

"Os governos dos países da América do Sul são, de maneira geral, desatentos em relação à mentalidade conservacionista"  
e conclui enfático:

"Tenho dúvidas se a próxima geração de latino-americanos vai poder usufruir da riqueza de sua terra."<sup>2</sup>

É necessário que definamos muito bem como a questão ambiental fica em grande parte dependente de como as pessoas se posicionam de acordo com as suas filosofias e práxis de vida. Se um grande número é unânime em constatar os malefícios da devastação do meio ambiente, no entanto, nem todos estão em condições de captar e avaliar os níveis de degradação da realidade objetiva na-

<sup>2</sup> Entrevista em Isto É, de 08.10.86.

tureza-sociedade, daí serem as soluções propostas, diferenciadas e mesmo particularizadas. No fundamental, depreende-se dos questionamentos três posicionamentos:

- a) um de caráter utópico, podemos assim dizer, porquanto os seus propositores vêem a solução via *apelo à consciência das pessoas* envolvidas no processo de destruição do patrimônio natural. Acreditam que é uma questão que se define pela vontade, pelo querer das pessoas no sentido de que possam reverter os comportamentos dos indivíduos que destroem o meio ambiente;
- b) Outro, mais conseqüente, embora seja dotado também de forte dosagem idealista. Seus propugnadores já cobram do aparelho estatal uma atitude mais agressiva contra os infratores do espaço natural-cultural;
- c) um terceiro, mais realista, em virtude de que procura encaminhar as soluções dos problemas ecológicos/ambientais via incremento das lutas políticas. O problema é colocado contra a estrutura do Estado dependente do capital financeiro; contra grupos e empresas que detêm não só o capital monopolista, como também a posse e uso dos espaços regionais. Entende que a luta política não elimina as outras formas de lutas, muito pelo contrário, ela se alimenta de todas, notadamente da luta econômica. Em razão de esta ser determinante — não a única e absoluta forma de luta — o objetivo é produzir mudanças na *base* (a questão da posse dos meios de produção, da produção, da distribuição e do consumo) — e adquirir assim um maior potencial de fogo contra os depredadores do binômio Natureza-Sociedade, constituindo-se numa forma superior de produzir mudanças fundamentais na *super estrutura* (as diferentes formas de consciência social-política, jurídica, educacional, científica, ética, estética, religiosa, etc.).

Os dois primeiros posicionamentos não vão ao centro da questão ambiental pelo fato de, no geral, não questionarem os compromissos do Estado burguês com as empresas monopolistas nacionais e transnacionais. Segundo, porque não penetram a fundo no domínio da formação econômica do modo de produção capitalista, nas suas contradições, nos seus jogos de interesses. Não compreendem o capitalismo em sua historicidade (gênese, evolução e perecimento). Não questionam o acelerado processo de divisão internacional do trabalho que, por sua vez, passa pela industrialização imposta na regionalização dos espaços geográficos entre sistemas político/ideológicos e econômicos opostos, em que de um lado, o capitalismo por não corresponder mais às aspirações da sociedade perde, inexoravelmente, realidade histórica e torna-se desnecessário por motivo de não corresponder mais à verdade social. Do outro, o socialismo em sua ética se afirma, mais e mais, como aspiração maior de crescente número de povos e nações. Ele revela-se como o novo que vem substituir o velho (o controle ambiental é uma realidade concreta em consecução nos países socialistas, principalmente, nos de socialismo desenvolvido). Quem não admite essa realidade, na maioria das vezes, é por motivo de ordem ideológica. Há também os que se apegam aos acontecimentos particularizados como o recente acidente de Chernobyl na URSS. É bom informar que nessa mesma República está em prática o "*princípio da regeneração*" dos RN, subentende-se que o recurso natural utilizado ou consumido pelo homem tem que ser compensado em termos de reposição.

A RTC representa uma poderosa aliada — quando aplicada socialmente — na proteção à Natureza por meio de sucedâneos criados, por exemplo, as transformações das cerâmicas em substituição a metais; os plásticos pelas madeiras, metais, vidros, etc. Não se percebe que na atualidade, devido à produção científico/tecnológica e conseqüente ampliação da divisão internacional do trabalho, ampliou-se a luta intestina interempresas capitalistas em termos de conquista de mercados econômicos produtivos, comerciais e fi-

nanceiros, permanecendo na arena da concorrência o mais forte, o mais áctico, o mais sagaz, etc. Não se compreende que o capitalismo só pode ter continuidade se ele conseguir manter a reprodução ampliada do capital, sendo esta viável, unicamente, por meio da obtenção do lucro máximo, o que significa necessidade premente de eliminar concorrentes, intensificar a produção, majorar continuamente os preços das mercadorias e explorar mais intensamente a classe trabalhadora. Por sua vez, sabemos que este último comportamento gera contradições cada vez mais antagônicas entre as forças produtivas e as relações de produção, contradições estas motivadas pela *não* correspondência necessária dos dois componentes do modo de produção capitalista.

Cada vez mais amplia o distanciamento, o afastamento entre os interesses do capital e do trabalho na proporção que aumentam as contradições entre as classes antagônicas, entre a política desenvolvimentista aplicada e a qualidade de vida (para os trabalhadores) gerada pelo mencionado desenvolvimento econômico.

Não identificam que um país ser subdesenvolvido corresponde a ser dependente economicamente, condição esta que nos impõe a dependência política e que ao nível da prática, se traduz por condições subdesenvolvidas de vivência social. Não percebem que boa parte dos políticos que nos governam, por razões múltiplas, possuem defeitos de formação social, cultural, profissional, moral, etc, e são desprovidos de prática social, democrática, portanto identificada com a qualidade do viver da população brasileira. São homens comprometidos com os interesses internos e externos escusos de indivíduos, de grupos e de empresas nacionais e estrangeiras. Quanto aos não diretamente comprometidos com as estruturas de poder, seus atos refletem o caráter de suas formações sociais no interior da sociedade burguesa que é, por sinal, bastante marcada pela conduta individualista, personalista, autoritária e mesmo narcisista, por parte de grande parte dos seus membros. No que concerne às suas administrações elas levam a marca de

suas individualidades e respectivas limitações. No essencial, são dependentes das dádivas dos empréstimos oficiais e privados, obtidos para a consecução dos seus planos administrativos e governamentais.

Como sabemos, os bens formados e intencionados existem, no entanto, são poucos e a grande maioria deles não possuem poder de decisão política.

Há que ressaltar o grande público da sociedade que sente as conseqüências de maneira mais direta dos impactos ambientais, todavia, pelo fato de não lhe pertencerem os meios de produção e as riquezas por eles produzidas, suas vozes e seus feitos ficam, em grande parte, reduzidos ao marco da constatação do fenômeno ecológico. Tal conduta resulta, em decorrência de estarem desorganizados ou precariamente organizados em sindicatos, associações de classe, associações comunitárias, culturais, etc, opondo-se de forma ainda bastante débil à destruição malévola dos espaços da natureza e da sociedade. É verdade que houve e que há manifestações concretas que já obtiveram, na proporção de espaços individualizados, conquistas deveras importante, todavia, no fundamental, isto é, *no espaço da totalidade*, a situação deixa muito a desejar. Há que se aglutinar forças em diferentes níveis de organização e de abordagens:

econômico/social;  
político/ideológica;  
científico/tecnológica;  
ético/humanista;

estética etc, enfim combinar as mais diferentes formas de consciência social para que possamos numa visão de globalidade imprimir de forma mais participativa e assumida, a *luta política*. Esta, contém de maneira mais unificada as preocupações, os desejos da sociedade como ser social e possui força maior de produzir mudanças substanciais no que concerne à preservação, fundamentalmente, à utilização racional do meio ambiente em termos de compatibilidade social.

Em decorrência da política econômico/financeira de "rolar a dívida pagando os juros" à custa do sacrifício, cada vez mais exigido, do povo trabalhador brasileiro, força-se os membros dessa sociedade produtiva a se pautar por um galopante crescer no arrocho vital e por uma multiplicação de esforços dispendidos no sentido de se tentar manter o já reduzidíssimo orçamento doméstico, o que, por um lado, depaupera e debilita as nossas forças, por outro, cresce o nosso potencial crítico/transformador e as condições subjetivas ficam mais maduras aproximando-nos das condições objetivas (a degradação ambiental concreta e visível) preparando a unidade necessária para produzir mudanças transformadoras.

Por desconhecermos, em parte, a intencionalidade escondida nos propósitos dos que manipulam, ao seu bel prazer, os RN (renováveis e não renováveis), as matérias-primas existentes nos espaços da produção material, acabamos por aceitar tacitamente o jogo dos apropriadores do espaço geográfico. Também, em virtude de que em nossa sociedade ainda perdura em nossa conduta evidentes traços de individualismo — produto de nossa formação histórica — o que faz com que as pessoas se pautem mais por condutas pessoais (não coletivas) tornando-se presas de fácil controle ideológico. No conjunto, uma elevada quantidade ainda se pauta por atitude passiva, conformista e mesmo estóica ante aos desmandos que se praticam contra o nosso patrimônio natural/cultural. Há que ganhá-los na condução prática da luta ecológica, na medida em que as violações são cometidas. Há que se ter em conta que o sistema de dominação reinante montou na esfera dos órgãos de informação de massa — imagens televisionadas, escrita, falada, sonora, semiológica, etc. — um forte aparato de alienação política, cuja função básica é de reduzir a capacidade do cidadão de compreender as causas reais da degradação da biosfera a fim de que ele permaneça na condição de acrítico, indiferente e seja um reproduzidor de sua dimensão de alienação. É necessário que haja uma sociedade acrítica, conformista e materialista vulgar, para que

•os responsáveis diretos e indiretos pela destruição e desestabilização do binômio interdependente Homem/Natureza sintam-se protegidos e possam dar continuidade aos seus propósitos de enriquecimento ilícito.

Registramos, a título de exemplificação, três marcantes exemplos de destruição do nosso meio ambiente no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

- 1) a progressiva eliminação da floresta Amazônica na escala de uma superfície equivalente à de Portugal, isto é, mais de 80.000 km<sup>2</sup>, anualmente, de cobertura florestal devastada;
- 2) a bacia do rio Araguaia que, aceleradamente, perde as suas condições de existência em função da derrubada do manto vegetal que cobre a bacia, das queimadas, da poluição causada pelos inúmeros garimpos, da quimificação poluidora dos solos e das águas, pelo criatório intensivo que chega até as barrancas dos rios, da pesca e caça predatórias e pelo impacto do turismo anárquico praticado em locais sem a mínima infra-estrutura de condições turísticas;
- 3) a recente queimada (para fins agropastoris) registrada em 24.08 pretérito pela imagem satélite que revelou numa superfície de 8.000 km<sup>2</sup> de florestas (área do Estado de Mato Grosso, sul do Pará e leste de Rondônia) cerca de 6.800 focos de incêndios.

No tocante à floresta Amazônica, bastaria lembrar que mais de 50% das chuvas que caem na região dependem da evapotranspiração (evaporação da água por intermédio da vegetação).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Consultar os trabalhos de Eneas Sallati e de outros pesquisadores da Amazônia.

Que tragédia teremos, em breve futuro, caso permaneça o acelerado processo de desestabilização da natureza?

Um elucidativo exemplo que serve para testemunhar como depois de um determinado estágio de poluição ambiental, torna-se praticamente irrecuperável o ambiente degradado, nos é fornecido pela "chuva ácida" que já matou cerca de 14.000 lagos e rios no Canadá, e mais de 40.000 estão sujeitos ao perecimento numa escala de tempo relativamente curta. A grande indústria estadunidense da região dos Grandes Lagos é a principal geradora de poluentes ácidos, produção esta que se coloca como o mais grave problema ecológico que afeta o Canadá.<sup>4</sup>

A origem da chuva ácida buscamos-la, basicamente, na produção dos dióxidos de enxofre e de nitrogênio oriundos da queima de combustíveis fósseis, de carvões, das fábricas, das refinarias de petróleo, usinas termoelétricas, dos veículos, além de outras partículas complexas que contêm flúor e outros metais que são também bastante tóxicos, como o mercúrio, o cádmio, berilo, manganês, etc.

O índice de acidez elevado, isto é, o situado abaixo de 5.6 (este é, no ambiente da atmosfera, o da chuva normal) além de destruir a natureza viva animal e vegetal, ataca o ser humano provocando inúmeras doenças respiratórias, alérgicas etc, afetando mais diretamente as crianças e os velhos, principalmente, os que estão em estado de subnutrição.

É imprescindível que empreendamos as mais diferentes formas de lutas — científica, econômica, política, ideológica, ética, estética, etc, — mas é de fundamental importância colocar a luta política em plano superior às demais em virtude de que a conquista política envolve decisões e soluções de cunho geral (o geral define o fenômeno) de interesse de toda a sociedade. A dimensão social contida

<sup>4</sup> Revista "Hoje-Canadá", ano VI, n° 27/87 — artigo transcrito do **Jornal do Brasil** de 04.01.87 — texto de Ruth de Aquino.

na luta política é de abrangência maior dado que ela identifica-se com a natureza humana em sua amplitude social. Pelo mecanismo da luta científica, subteende-se esta como o confronto entre teorias e métodos de investigação diferenciados inseridos no âmbito da teoria do conhecimento científico. No essencial ela exprime diferentes abordagens de captação da realidade objetiva dos fenômenos e suas leis (naturais, históricas e sociais), bem como de seus reflexos em forma de conhecimentos materializados pela produção do ser humano.

Afirmamos o papel das ciências no tocante ao conhecimento físico/químico/biológico do meio ambiente natural e cultural a fim de que possamos — à luz da realidade objetiva — combater o empirismo em nossas ações práticas. O estudo da biosfera é de capital importância, a fim de que o homem conhecendo-a possa elaborar métodos de previsão biológica e ecológica, bem como propor soluções para a problemática ecológica ambiental. *A ecologização das ciências e das técnicas* contemporâneas é imprescindível para o advento do desenvolvimento em nosso espaço geográfico de vivência sócio-natural. É por meio da luta científica em termos de pesquisa fundamental (teórica) e pesquisa experimental (aplicada) que comprovamos a objetividade da natureza e da sociedade; a reprodução contínua da materialidade do universo, e a confirmação da relatividade do nosso saber no sentido de assimilarmos o conhecimento verdadeiro (relativo e absoluto) existente de forma objetiva no mundo da natureza e da sociedade, ou, em sua representação reflexa escrita, falada ou simbólica. A razão dessa limitação prende-se ao fato de que o mundo material (natureza e sociedade) se reproduz infinitamente sempre como "mundo novo".

A condução científica no contexto da questão ambiental é de significativa importância, a fim de desmistificar posturas subjetivas de caráter eminentemente praticistas, as quais tanto ao nível de captação da realidade objetiva quanto ao do encaminhamento de propostas de soluções, permanecem na superficialidade dos fenômenos (aparência) e não atingem a natureza dos mesmos (essência).

Pela condução das ciências detectamos os índices de desequilíbrios verificados na relação Homem-Natureza, hoje interligados às particularidades da Revolução Científico/Tecnológica (RCT) aplicada à indústria, todavia, os desequilíbrios ambientais não são conseqüências deste crescente progresso, mas, sim, decorrência de que o referido desenvolvimento se pauta por orientações sócio-econômicas capitalistas (o lucro capitalista sobrepõe-se às condições sociais de vivência do ser humano).

A luta econômica travada entre o capital e o trabalho é o grande motor do acirramento das contradições. Em busca de melhoria de salário, de condições de trabalho, de estabilidade no emprego, de existência de trabalho permanente, de redução da jornada de trabalho, de garantias trabalhistas, etc, os trabalhadores confrontam-se com os possuidores dos meios de produção e percebem o distanciamento social entre eles que são produtores reais dos bens sociais de uso e de troca, e seu empregador proprietário dos meios de produção. Como os dissídios, unicamente, dão soluções paliativas, momentâneas, a curto prazo, o trabalhador cai e recai num verdadeiro círculo vicioso na rua da amargura. Em decorrência de viver, simultaneamente, com as lutas de outras classes e categorias, no processo de sua luta econômica, amplia-se a sua consciência de classe até que ele se transforma de "classe em si" em "classe para si". Agora, ele está completamente ganho para a luta política e coloca como objetivo maior a conquista do poder político em mãos de uma minoria que detém o respectivo poder em seu proveito pessoal ou de grupo, em detrimento da sociedade global.

A questão do poder político, a questão da posse dos meios de produção, da produção em si, da distribuição e do consumo passam a ser cada vez mais interrogadas:

— em mãos de quem e servem a quem?

A luta ideológica está intimamente ligada à luta política e ela reflete como as diferentes formas de consciência sociais assumem, para mais ou para menos, o *partidarismo de classe*, isto é, como tomamos partido com os compro-

missos assumidos ideologicamente por uma (ou mais) classes. Estar imbuído de ideologia corresponde a identificar-se com a concepção filosófica, política, econômica, social, ética, etc, contida nos propósitos de uma determinada classe. Há duas ideologias determinantes no mundo atual: a da burguesia e a do operário, sendo ambas por natureza antagônicas, portanto, são opostas e conflitantes, e refletem mundos opostos.

A luta jurídica é uma questão do Direito codificado em princípios, leis, normas, acórdãos, etc, como regulador do comportamento dos cidadãos. Na defesa do meio ambiente o Direito joga um papel importantíssimo pelo fato de que por seu intermédio poderemos efetuar no domínio da fundamentação legal a necessária proteção ao meio ambiente. Na prática temos que aglutinar outros mecanismos de administração social para fazer valer a força do Direito. Este, faz parte, como sabemos, da superestrutura do Estado, e como tal ele impõe e reproduz a legalidade que serve aos interesses do Estado que ele representa juridicamente. Sendo um Estado capitalista dependente do grande capital e dotado de um mínimo de soberania, evidentemente, o Direito tende a se pautar para a defesa dos interesses deste Estado burguês. Isto não significa que ele não represente uma possibilidade real de controle por meio de proibições, sanções, etc, desde que a sociedade cobre com o devido rigor a aplicabilidade do Direito no sentido social, e, não como mero aparato legalista para defender o *status quo*. Por meio de leis e normas jurídicas, o Direito pode estabelecer proibições, regulações e autorizações no sentido de garantir o bem-estar da sociedade em sua dimensão ecológico-ambiental. Fazer valer a força do Direito para o bem comum num Estado capitalista é tarefa árdua, todavia, é de fundamental importância buscarmos as normas legais existentes e criar novas com o propósito de estabelecermos um regime jurídico condizente com a natureza social do ser social. É de fundamental importância democratizar o Direito a serviço da sociedade. Coloca-se uma profunda indagação:

— Controle de quem, para quem?

Pelo mecanismo da luta *ética* humanista tentamos introduzir no aparelho do Estado capitalista uma nova moral que defina, em última instância, as relações do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, e que significa não admitir o aceleração do desenvolvimento econômico (principalmente o industrial) sem a necessária correspondência social. Os códigos de ética somente adquirem força de validade na proporção que a sociedade esteja organizada à altura de fazer valer o cumprimento dos mesmos. Sob o capitalismo a ética é de uma classe, a burguesia, e não de todas as classes; eis a razão porque os códigos são constantemente violados. Vejamos um bom exemplo: apesar do Código Florestal (Lei n.º 4.771, de 15.09.65) em seu art. 5.º, parág. único, estipular:

"Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais dos parques nacionais, estaduais e municipais."

E o art. 26 estipula as penalidades para as contravenções cometidas contra o patrimônio natural, a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — órgão federal) é a propositora da abertura da estrada para cortar o Parque Nacional do Araguaia, situado ao norte da Ilha de Bananal. No fundo ela está compromissada com um conjunto de empresas de colonização, mineração agropastoril, etc, (como a CODEARA, a Mineradora Roncador). A indagação que se coloca é a seguinte: é ética para quem?

A luta estética visa aprimorar a sensibilidade das pessoas a fim de que elas passem a ver a natureza como parte integrante de sua própria natureza, isto é, como um órgão que completa o nosso organismo físico, mental, social. Isto é muito importante em razão de que as pessoas conscientes (indivíduo e sociedade) — sem cair na postura mecanicista contemplativa e bucólica do valor dessa interação interdependente — posicionam-se de maneira mais conseqüente para não permitir mutilação em sua própria pri-

meira natureza. A primeira e segunda natureza complementam a nossa própria natureza. Coloca-se uma indagação:

— a estética serve a quem e para quem numa sociedade de classe?

Fazer avançar o nosso grau de sensibilidade perante a natureza é deveras significativo, não com o intuito de divizá-la mas sim para entendermos que nós somos parte dessa primeira natureza e sem a qual não teríamos a mínima possibilidade de sobrevivência. Como sabemos, somos regidos pelas leis da reprodução do mundo material responsáveis pela dinâmica evolutiva dos ciclos naturais (ciclo da água, do oxigênio, do carbono, do azoto, etc.), sendo que o materialismo dialético confirma a unidade interdependente N-S com base nos princípios do desenvolvimento social e da unidade do mundo material.

É necessário que a nossa categoria supere a visão dicotômica da Geografia, pois, assim procedendo, é que teremos condições efetivas de dominar a amplitude interdependente do complexo Homem-Natureza.

Precisamos avançar a nossa categoria na tarefa da integração das ciências e disciplinas afins; dos conteúdos; dos currículos e programas, etc, a fim de que possamos recompor o conhecimento da realidade objetiva do mundo da natureza e da sociedade (pulverizado ao longo da História pela divisão do trabalho imposta a favor da classe dirigente) numa *totalidade*, tendo em vista a necessidade de termos uma visão de globalidade dos fenômenos naturais e culturais. Esta postura irá enriquecer a nossa análise e síntese no tocante à questão ecológico-ambiental, portanto fundamental, e necessária à nossa práxis transformadora. É preciso esclarecer que o resgate da integração dos conhecimentos passa pelo "*resgate do núcleo epistemológico*" de cada ciência, de cada disciplina, e não criar a polivalência superficial pretendida pelos que desejam subqualificar os conteúdos com o fim intencional de sub-

qualificar as pessoas (ideologia do dominador e pretensão de conselheiros educacionais, de proprietários diretos e indiretos do ensino privado, etc).

A questão ambiental não pode ser desligada da questão política, e esta, por sua vez envolve o econômico e o social. No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a abordagem relativa à questão ambiental requer nossa análise pelo menos sob três variáveis fundamentais:

- a) a interdependência Natureza-Sociedade (autonomia de cada componente e dependência recíproca) com a finalidade de preservarmos o *habitat* das espécies vivas dentro do nicho ecológico, a fim de que possamos utilizar racionalmente os objetos de trabalho identificados com os recursos naturais e com as matérias-primas, com sabedoria e profundo respeito à mãe natureza;
- b) a questão ecológico-ambiental está intimamente ligada às formas como se concretiza, no dia-a-dia, a produção material. Sob o capitalismo assistimos acelerada desestabilização do binômio N-S, produzida pelo papel nefasto do grande capital; da aceleração industrial, da técnica, da ciência *sem a necessária correspondência social*. Sob o capitalismo a busca é determinada pela procura da "lei do lucro máximo", sendo que o poder do Estado fica à mercê e conjuminado com a estrutura do capital financeiro monopolista. Este em processos acelerados, provoca profundos desmandos sobre a Terra e o homem brasileiro, produzindo múltiplos desequilíbrios naturais e sociais. Nossos recursos e matérias-primas são destruídos pela ambição do capital, que coloca o lucro capitalista acima do social. A ética é do lucro e não do social;
- c) finalmente, o crescimento demográfico acelerado deve ser analisado como fator de desenvolvimento econômico/social, desde que haja o devido resgate

dos valores positivos da composição etária, em termos de "realidade para o presente e de potencialidade para o futuro", análise esta que passa pelo enfoque das relações de produção e das relações sociais. Em decorrência da marginalização crescente da maioria da população brasileira, em grande parte da juventude, esperança do amanhã — cresce a dicotomia entre o econômico e o social.

No conjunto de diretrizes para uma Política Ambiental calcada na interdependência Natureza e Sociedade, registramos como necessidades imperativas:

- 1) ter ciência da ameaça concreta que paira sobre o binômio interdependente N-S, S-N em termos de destruição, de desordenamentos, de violações de múltiplas superfícies ambientais existentes no espaço brasileiro. Ser cômscio de que no plano da destruição não será mais possível a recuperação primitiva do *habitat*;
- 2) tomar a questão ambiental como parte integrante da luta política direcionada em busca da *democracia efetiva*, como exemplo prático, tentar democratizar "os métodos de acumulação" do capital;
- 3) lutar para incorporar na legislação a obrigatoriedade do "*princípio de regeneração*" como fundamento de direito comunitário, e, acima de tudo, aplicá-lo rigorosamente — sem distinção de privilégios de classes — em todos os espaços ambientais sujeitos às transformações materiais. Tal aplicabilidade recai diretamente sobre quatro segmentos fiscalizadores e executores:

a — o aparelho estatal, responsável maior pelo controle ambiental em razão da sua estrutura ambiental, em razão da sua estrutura organica de poder político/econômico e jurídico;

- b — os aparelhos estaduais e municipais dotados de legislações específicas com responsabilidades de controle ambiental mais diretamente ligada às comunidades, pelo fato de que são em seus espaços regionalizados ou a serem regionalizados que se produzem os maiores impactos ambientais;
  - c — à comunidade organizada em formas de entidades de classe (sindicatos, associações de classe) e comunitárias (de bairros, de categorias), e de partidos políticos, etc;
  - d — toda a sociedade individualizada dado que cabe ao indivíduo preservar o seu ambiente de vivência social. É sua função proteger o verde como parte integrante de nossa ambiência vital (contida no espaço da casa, da praça, do bairro, da cidade, do lazer, do trabalho, etc.).
- 4) estabelecer e exigir que se cumpra "*o teto dos encargos ecológicos*". Isto significa não permitir que as empresas industriais, agropastoris, imobiliárias, etc, violem as leis e normas ambientais. Para tanto há que condicionar com rigor as suas instalações e funcionamento às normas de proteção ao meio ambiente. O teto deve corresponder como exigência legal às condições objetivas reguladoras das relações interdependentes Homem-Natureza;
- 5) ter em vista que o mecanismo de sanção por intermédio da multa, por si só, é insuficiente, limitado e, acima de tudo, ele permite a contínua reprodução da violação ambiental. A multa em si — num país onde a corrupção é sinônimo de sagacidade, de inteligência e as penalidades são paliativas — têm sido mais estimuladora do que sancionadora;

- 6) ampliar as áreas ecológicas existentes através da criação de reservas biológicas, de parques e florestas nacionais, de jardins botânicos;
- 7) inserir a "*educação ambiental*" na Escola do 1.º, 2.º e 3.º graus de caráter obrigatório. Temos que formar a consciência ecológica em todas as faixas atinentes à formação educacional da criança, do adolescente e do jovem. O estudante na escola primária deve ser integrado com a natureza, o que significa que a escola deva ministrar conteúdo que corresponda ao existente na realidade objetiva (natureza e sociedade). Portanto, é prioritário que na programação escolar conste, como embasamento de formação científico/cultural e de cidadania, a seqüência do ensino relacionada com as estações do ano, a fim de que a criança conheça o *habitat* em que vive, bem como o do espaço social configurado da casa para a praça, da praça para o bairro, do bairro para o zoneamento de bairros, deste para a cidade, etc;
- 8) introduzir a política ambiental na legislação municipal, como pressuposto legal teórico imprescindível a uma eficiente prática conservacionista;
- 9) criação de "*grupos de iniciativa cívico-comunitária*" com a finalidade de fomentar o protecionismo ambiental no bairro. Neste tipo de atividade joga um papel fundamental a formação da mentalidade comunitária no que se relaciona com o sentido do verde em nossa vida sócio-comunitária. Às associações de bairros cabe um grande desempenho na proteção da natureza e da sociedade;
- 10) criar em cada municipalidade uma "*central de divulgação*" das coisas que envolvem a questão ecológico-ambiental, com a finalidade de informar e também denunciar a gama de violações praticadas no passado (nós temos que formar a consciência histórica) e as que estão sendo praticadas no presente contra o patrimônio natural/cultural. Outros-

sim, esclarecer a todos os segmentos da sociedade o relevante significado do bom viver associativo do homem com a natureza. No conjunto dos meios de comunicação de massa, os recursos audiovisuais são importantíssimos mecanismos para o bom desempenho dessa tarefa comunitária;

- 11) necessidade de *dominar a questão ambiental em sua forma globalizante*, isto é, de totalidade (aspectos naturais, sociais, políticos, econômicos, ideológicos, éticos, estéticos, etc.); com intuito de propiciar abordagens de conjunto. Como forma de consciência social, podemos assim afirmar, os ciclos de reprodução da vida serão mantidos em seus processos de auto-regulação na medida em que avança à formação de uma consciência internacional que coloque a interdependência Natureza-Sociedade no centro das preocupações maiores do ser humano.

## Bibliografia recomendada

- 1 — I. Nóvik — "Sociedade y Natureza" — Editorial Progresso/Moscú/82.
- 2 — I. Prolov e outros — "A Proteção ao Meio Ambiente e a Sociedade" — Academia das Ciências da URSS, Moscú/83.
- 3 — José Lutzenberger e outros — "Política e Meio Ambiente" — Editora Mercado Aberto — Porto Alegre/86.
- 4 — Paulo Fernando Lago — "A Consciência Ecológica" — a luta pelo futuro — Editora UFSC — Florianópolis/86.
- 5 — Bárbara Ward, René Dubois — "Uma Terra Somente" — Editora da USP/São Paulo/73.
- 6 — Guy Biolat — "Marxismo e Meio Ambiente" — Ed. Seara Nova — Lisboa/77.
- 7 — Pierre Aquesse — "Chaves da Ecologia" — Editora Civilização Brasileira — Rio de Janeiro/72.
- 8 — Maurício Tragtenberg — "Ecologia versus Capitalismo" — Cortez Editora — *in Economia & Desenvolvimento* n.º 2 — São Paulo/82.
- 9 — Carlos Walter p. Gonçalves — "Paixão da Terra (ensaios críticos de Ecologia e Geografia)" — Editora Rocco/SOCIX — Rio/84.
- 10 — Maria Cavalcante Martinelli — "Ecologia, Ciência para a Nova Geração" — Editora UFG — Goiânia/84.
- 11 — Horieste Gomes — "A Interação Homem-Natureza e a Questão Ecológica" — *in Anais do V Encontro Nacional de Geógrafos* — AGB — Porto Alegre/82.